

Potencialidades da escrita poética de uma estudante travesti num curso de especialização em gênero e sexualidade

*Anderson Ferrari*¹
*Roney Polato de Castro*²
*Cibelle Cristina Lopes e Silva*³
Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: Este artigo traz, como ponto de reflexão, a poesia escrita por uma aluna travesti de um curso de especialização em relações de gênero e sexualidades, visando argumentar que esse curso, numa universidade pública federal, pode se constituir como ‘espaço seguro’ de constituição de si. É esse jogo de força que é o foco das nossas análises a partir da poesia, tomando a perspectiva foucaultiana como inspiração para problematizar a escrita de si e os jogos discursivos que ela aciona na produção de si e dos outros.

Palavras-chave: travesti; escrita; gênero; sexualidade; educação.

¹ Professor Adjunto de Ensino de História da Faculdade de Educação da UFJF. Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da UFJF. Doutor em Educação (Unicamp). Licenciado e Bacharel em História (UERJ). Fez estágio pós-doutoral na Faculdade de Belas Artes da Universidade de Barcelona.

² Professor da Faculdade de Educação da UFJF, onde é professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade (GESED). Doutor em Educação pela UFJF.

³ Pedagoga, Mestre em Educação (UFF) e Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora. Docente do Departamento de Educação I da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Potentialities of the poetic writing of a transvestite student in a specialization course in gender and sexuality

Abstract: The poetry of a black transvestite and student of a specialization course in gender and sexuality, which is provocative writing for analyzes around the processes of constituting subjects as educational processes. It is this game of strength that is the focus of our analyzes based on poetry, taking the Foucauldian perspective as inspiration to problematize the writing of oneself and the discursive games that it triggers in the production of oneself and others.

Keywords: transvestite; writing; genre; sexuality; education.

Potencialidades de la escritura poética de una estudiante travesti en un curso de especialización en género y sexualidad

Resumen: La poesía de un travesti negro y estudiante de un curso de especialización en género y sexualidad, que es una escritura provocativa para el análisis de los procesos de constitución de sujetos como procesos educativos. Es este juego de fuerza el foco de nuestro análisis basado en la poesía, tomando la perspectiva foucaultiana como inspiración para problematizar la escritura de uno mismo y los juegos discursivos que desencadena en la producción de uno mismo y de los demás.

Palabras clave: travesti; escritura; género; sexualidad; educación.

Em um artigo em que se dedica a discutir o “poder da autodefinição”, a feminista negra Patrícia Hill Collins (2019: 271) afirma que “há muito tempo existem atos de resistência, tanto organizados quanto anônimos”. Mesmo que individuais, esses atos de resistência também trazem à tona uma consciência coletiva e característica daquelas pessoas que conhecem a opressão de raça e gênero desde muito cedo, de maneira que essas pessoas não são vítimas, mas sobreviventes. Patrícia Hill Collins (2019) está se referindo aos corpos de mulheres afro-americanas para colocar sob suspeita as hegemonias que nos constituem, assim como o poder da fala, da autodefinição e da escrita de si como formas de luta dessas mulheres. “Suas ideias e ações não só sugerem que existem um ponto de vista autodefinido e de grupo de mulheres negras, mas que sua presença foi essencial para a sobrevivência das mulheres negras norte-americanas” (COLLINS, 2019: 273). Podemos pensar e, sobretudo, sugerir que o mesmo ocorre com outros grupos marginalizados nas suas expressões de gênero e sexualidade, como as travestis, por exemplo.

Considerando o contexto brasileiro, resgatamos historicamente um território marcado pelo lugar da subalternização. A rua e a noite constituíram-se como espaços culturalmente marcados e ocupados não somente por travestis, mas também por transexuais, expulsas das escolas e rejeitadas pelas famílias. Esse sub-mundo, uma herança social compulsória, em muitos casos, fez da prostituição a única renda possível. Contudo, podemos destacar movimentos importantes de migração desse espaço subalterno para um território que vem se constituindo como um espaço de visibilidade que, se outrora significou um território inatingível para esse universo, hoje se constitui como um espaço possível para a escrita de si: a universidade. A dissertação de Marina Reidel, mulher trans e professora talvez seja um divisor de águas desse movimento. Além de partir da escrita como lugar de fala e de representação, Reidel (2014) dá voz a outras travestis e transexuais brasileiras, também professoras, ao abordar suas trajetórias de atuação na educação brasileira.

Nessa perspectiva, ampliamos a citação de Collins (2019) para dizer que a presença de travestis em espaços que antes não podiam ocupar foi e é importante para a sobrevivência e mesmo a existência de outras travestis. Falar e produzir conhecimento sobre si mesmo são formas de existência, de sobrevivência que servem tanto para aquela que fala quanto para aquelas em que se direciona a construção de si. É nesse sentido que queremos tomar essas provocações de Patrícia Hill Collins para problematizar os “espaços seguros” de produção dos sujeitos, principalmente as pessoas que tiveram seus corpos marcados e enquadrados pelo binarismo de gênero, mas que resistem e transgridem a essas marcações.

Resistir e transgredir aos enquadramentos de gênero e sexualidade são entendidos como possibilidades a partir de articulações desses conceitos com os jogos de poder, como defende Michel Foucault (1988). Antes de mergulhar na analítica do poder e nos efeitos da relação saber-poder na construção discursiva da sexualidade e dos sujeitos, Michel Foucault (2004) nos convidou a pensar a sociedade que se organizou a partir da modernidade em que o corpo se tornou um

ideal normativo e normatizador, o que significava submetê-lo a processos de treinamento, de formação e de investimento, colocando em circulação sua disciplinarização e docilização.

Dialogando com Foucault, Judith Butler (2019: 66-7) afirma que essa “‘sujeição’, ou assujeitamento, não é apenas subordinação, mas segurança e manutenção, uma contextualização para o sujeito, uma subjetivação”. Tanto Foucault (2004) quanto Butler (2019) nos provocam a pensar como estamos em meio a diferentes instrumentos de poder que vão enquadrando e formando nossos corpos, marcando-os, trazendo-os, com esses processos, a existência. Foucault e Butler investigam esses processos de constituição dos sujeitos não somente para problematizar as operações de poder que nos constituem, que nos ‘assujeitam’, mas também para mostrar que o que está em jogo são essas maneiras de descrever nossos processos de constituição e restrição que atingem nossos corpos, desejos, formas de ser e estar no mundo, apostando numa certa liberdade e poder dos sujeitos em elaborar outras formas de ser e estar no mundo.

Argumentando que esse processo é educativo, que envolve formas de ensinar e aprender, formas de conhecer e saber, formas de problematizar e de construir espaços outros de desconstrução e resistências aos modelos que vamos adquirindo ao longo da vida e nos diferentes espaços sociais em que circulamos, estamos cada vez mais interessados em trazer para a discussão esses momentos e espaços em que contestamos as dominações, as opressões, as relações de poder e as hegemonias de gênero e sexual na educação. Situando nosso campo de investigação e de interesse de pesquisa em torno das questões de gênero, sexualidade e educação, vamos focar nossa análise na escrita produzida em um contexto de formação como espaço seguro para aquelas pessoas que vêm resistindo ao enquadramento de gênero. Para isso, vamos tomar como ponto de reflexão a poesia escrita por uma aluna travesti de um curso de especialização em relações de gênero e sexualidades, visando argumentar que esse curso, numa universidade pública federal, pode se constituir como ‘espaço seguro’ de constituição de si.

O curso de especialização *Relações de Gênero e Sexualidades: perspectivas interdisciplinares* foi criado por um conjunto de professoras e professores que se dedicam a fazer pesquisas nesse campo de conhecimento e que estão alocadas/os em diferentes faculdades/institutos de uma universidade pública federal, tais como Educação, Turismo, Ciência da Religião, Direito, Serviço Social, Colégio de Aplicação. As motivações para a construção do curso estavam circunscritas a três aspectos centrais: (1) a problemática atual de ataques e enfrentamentos que estamos vivenciando pelas forças políticas e sociais conservadoras e religiosas; (2) o entendimento das relações de gênero e sexualidades como campo de conhecimento em disputa; (3) a defesa da universidade pública laica, democrática e inclusiva nos seus compromissos com a pesquisa, extensão e ensino, na produção de conhecimento pautada no fazer científico crítico e contextual, considerando questões que afetam a vida social.

Com esses aspectos motivadores, ofertamos uma primeira turma do curso no ano de 2018, composta de 40 estudantes com diferentes formações iniciais, dentre as/os quais tivemos uma estudante que se definia como travesti e um estudante que se autodeclarava homem trans. O fato de termos essa e esse estudante nos levou a retomar os objetivos do curso, de modo a propiciar uma formação que tomava certos aspectos pouco discutidos – ou até mesmo silenciados – nos cursos de graduação. Estamos nos referindo às relações de gênero e sexualidades como categorias de análise do social, da cultura, da história, como elementos que dizem

da construção da realidade, que organizam nossas relações e são centrais na construção dos diversos aspectos da vida em sociedade, como as políticas, as leis, o funcionamento das instituições sociais, dentre outros. Entretanto, a presença dessa e desse estudante nos trouxe, sobretudo, a possibilidade de afetar a turma com as experiências de pessoas trans, algo que, para muitas pessoas, se constitui como novidade, tendo em vista a restrita convivência com essas pessoas e os estereótipos que povoam o cotidiano, apregoando-as como ‘marginais’, ‘anormais’, ‘doentes’. Ao contrário, a importante presença dessa e desse estudante trans na turma possibilitou que suas narrativas de experiências pudessem afetar, sobremaneira, a formação em foco, perturbando noções naturalizadas de gênero, de sexualidade, de direitos humanos.

Numa das disciplinas do curso, intitulada ‘Gênero, Sexualidade, Cultura Visual e Educação’, as/os estudantes foram provocadas/os a produzir um material audiovisual que fosse apresentado na sala para todas e todos com o qual buscassem trabalhar com as transformações da disciplina nas suas formas de pensar e agir. Como resposta a essa provocação, a estudante travesti nos brindou com uma poesia, a qual iremos tomar como foco de análise para pensar os ‘espaços seguros’ de construção de si e dos outros e a escrita de si como modo de reafirmar existências.

O OCÓ FORTE DA BANDA LÁ QUE É UÓ COM AS MONAS CÁ

*Gata, acuenda o bafão que vêi da banda de lá
no Enem desse ano, colocaram o pajubá
o babado que já não tava bom
mais ódio no ocó forte foi despertar
ele veio na tv falar,
que o pajubá das mona cá,
na formação dos erês nada podia acrescentar
mais o ocó forte de lá se esqueceu
que a população já colocou no linguajar
o acué, o equê, a amapô, e até o nhaí da banda cá
afe bicha, é esse boff uó
que nos próximos anos vamos ter que aguentar
não tem babado certo mona
o boff pode ser uó, mais as gata é de lá
não deitamos pro regime militar
não será pra cracucáia, que vamos baixar
porque a mona bafônica nos ensinou a lutar (madame satã)
aquela maricon, como ojo azul do mar,
é recalcadérrima com as monas de cá
pra ser plena, muito franca, pra esta cona nem ibope vou dar
porque tenho a certeza de que em todo momento ela vai querer nos tombá,
mais resistir ao seu mandato uó, vai ser a razão do meu lutar
e se por um acaso eu tiver que guiar
com muito ódio eu vou ficar
sou dundú
periférica
brasileira, filha de oxúm e oxossi
e minha existência ele não vai dar disar (desacuendar)
porque sou bruna⁴ tsunami tornado quebra tudo, travesti vinda do pistão
para UFJF ocupar
baxe pra cá, para das gatas com propriedade poder falar*

⁴ A manutenção do nome Bruna é importante para esse trabalho em função da visibilidade que ele confere a estudante, que defendeu seu uso como uma expressão política de ocupação desse espaço acadêmico, assinando o Termo de Livre Consentimento como procedimento ético da pesquisa.

*porque sou aluna da Especialização em Gênero e Sexualidade
e aqui o pajubá
na especialização em estudos de gêneros e sexualidades: perspectivas
interdisciplinares
eu vou poder falar
no trabalho do professor Anderson
eu vou arrasar, só falando o pajubá
para os amigos acuar
porque da banda de cá o oco forte da banda de lá
não vai ter força para esta bafônica especialização tomar.*

As condições de emergência

Esse subtítulo - As condições de emergência - nos remete à perspectiva foucaultiana de investigação, interessada nas condições históricas que tornam possíveis um certo 'corte', transformação ou mudança daquilo que é a continuidade (POL-DROIT, 2006). Que rupturas a escrita e a fala de uma travesti podem provocar em contextos educativos formais? Foucault, ao se perguntar sobre as condições de emergência dos dispositivos discursivos, está interessado na relação desses discursos e em suas possibilidades de emergência na sustentação de determinadas práticas. Em que circunstâncias determinados discursos são enunciados? Quem está autorizada/o a dizer o que, em que momento e em que espaço?

Podemos argumentar que é muito recente a produção acadêmica de pessoas trans nos níveis de pós-graduação em educação⁵. Durante muito tempo, essas pessoas eram expulsas das escolas e, portanto, não acessavam as universidades, não resistiam a diferentes modos de sofrimentos, torturas, agressões e opressões de que eram vítimas. A dissertação de Marina Reidel (2014) é uma das primeiras no campo da educação a fazer a ligação entre vida e produção de conhecimento, abrindo caminho para que outras pessoas trans ocupassem esse lugar. Assim, a produção acadêmica também se torna um espaço de denúncia (REIDEL, 2014; ANDRADE, 2012; OLIVEIRA, 2017). Ao longo do seu texto, Marina Reidel (2014) reconhece que alguns avanços, tanto na educação quanto no movimento social, foram importantes para que ela tivesse as condições para permanecer na educação e chegar ao mestrado como, por exemplo, a conquista do direito ao nome social. Hoje, apesar de permanecermos diante de um quadro social em que ainda temos grandes desafios para enfrentar, como o acesso e permanência das travestis nas escolas e universidades, também temos movimentos de resistências que dizem, por exemplo, das condições de nossa estudante travesti acessar um curso de especialização e nele assinar uma poesia, dizer seu nome social, escrever na primeira pessoa do singular e nos dizer dos enfrentamentos no campo da política e do saber.

Há que se considerar, nesse processo de exclusão e resistência, as condições que atravessam as experiências das pessoas trans, em relação à permanência nas escolas. Não seria exagero admitir que a escola, mais do que qualquer outra instituição, foi "sendo concebida e montada como a grande – e (mais recentemente) a mais ampla e universal – máquina capaz de fazer, dos corpos, o objeto do poder disciplinar; e assim torná-los dóceis" (VEIGA-NETO, 2000: 70). É a escola, depois da família, o espaço onde as pessoas passam a maior parte do tempo de suas vidas. Os efeitos desse processo disciplinar são notáveis. A tentativa de enquadramento e de imposição da normalização pautada no princípio da inteligibilidade

⁵ São exemplos dessa produção os trabalhos de Marina Reidel (2014), Luma Nogueira de Andrade (2012) e Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017).

de gênero, em que o estigma e a humilhação social de pessoas que são frequentemente apontadas, devido à sua não normatividade de gênero, não causa estranheza e, em algumas situações, é até naturalizada.

Essas formas de disciplinamento social, de controle, de normalização deixam evidente o papel assumido pela escola: ela “pune e persegue aqueles que escapam ao controle, marca-os como estranhos, anormais, indesejáveis” (MISKOLCI, 2012: 19). A escola constitui-se, em muitos casos, para as pessoas trans, como um espaço homogêneo e autoritário, sombrio, organizado, segundo uma ordem política e social pautada da normatividade de gênero, que marca não somente os que resistem, mas também os que se comportavam conforme o esperado. Enfrentar e resistir a esse processo diz de condições subjetivas e de condições de acesso e permanência não somente na escola, mas também no ensino superior e, posteriormente, na pós-graduação.

Em se tratando do contexto do qual emergem nossas análises, consideramos importante destacar os recortes de raça e de classe que operam interseccionalmente junto às questões de gênero e sexualidade, produzindo diferentes experiências. A estudante travesti que passou a ocupar o espaço de um curso de especialização diz de outros lugares a partir dos quais as tramas de sua experiência vão sendo construídas com a escrita poética. Ela escreve uma poesia em que vai se definindo como “travesti vinda do pistão pra UFJF ocupar”, ou ainda afirmando certas identidades: “sou dundú periférica, brasileira, filha de oxúm e oxossi”. O “pistão” remete à rua, à prostituição, espaço ocupado e de aprendizagem, que marca sua identidade, de tal maneira que é assumido como seu lugar de origem e de constituição para alçar outro espaço de formação, que é a universidade e o curso de especialização. Em vários momentos das aulas, a aluna recorria a esse passado da rua para demarcar sua constituição. Para que acompanhem a trajetória a que a estudante nos conduz, precisamos considerar que esses aspectos são definidores de sua experiência e de seu processo de subjetivação. Dizendo de uma origem social periférica, seus relatos em sala de aula reafirmavam tal localização social como importante elemento de resistência. Ao afirmar que determinados elementos da cultura afro-brasileira a definem, ela diz de uma vinculação étnica e racial.

Portanto, para além das transgressões de gênero que vieram se constituindo como obstáculos e como elementos de luta, a interseccionalidade com elementos de classe e raça é relevante para dizer de como a estudante chega até o curso e constitui nele um ‘espaço seguro’ de resistência e afirmação. Aqui, na escrita de si, o gênero, atrelado a diferenças de classe e de raça, parece não contribuir com a constituição de um espaço subalterno e nem de produção de hierarquizações. Ele é um elemento de marcação identitária, de legitimação de uma intrincada rede que a constitui enquanto sujeito. Sabemos que as múltiplas relações entre diferenças e desigualdades, que se interseccionam ou entrecruzam, vão estruturando relações de poder e demarcando as posições sociais dos sujeitos em duas categorias bem distintas: dominantes e dominados. Os dominantes, amparados pelo racismo, pelo patriarcado, pela opressão de classe e ainda por outras estruturas discriminatórias, capazes de criar desigualdades básicas, desempenham uma função bastante clara nas estruturas sociais e ainda nas instituições educacionais: a de subalternizar os dominados. Entendemos a universidade como uma instituição de acolhimento, de produção de saberes, conhecimento, pluralidade, incentivo à pesquisa, mas também como um espaço de conflitos, dentre os quais, podemos destacar o racismo e a discriminação.

Trata-se de uma poesia escrita por Bruna, uma travesti que se nomeia, que fala de si a partir da incorporação de um certo conhecimento e técnica desenvolvida por ela que possibilitou que entendesse a si mesma para dizer do efeito da disciplina ‘Relações de Gênero, Sexualidades e Cinema como processos educativos’. Ao escrever, Bruna coloca em circulação o tema do eu, da constituição do eu na relação com a noção de verdade, de sujeito, de falar de si e de confissão. Michel Foucault, em 1981, aborda esses temas numa entrevista em que afirma seu projeto de investigação como aquele ligado à historicização e análise de como somos herdeiras/os de uma cultura ocidental, ou seja, como, na cultura ocidental, os “jogos de verdade”, nas Ciências Sociais, na Biologia, na Medicina e na Psicologia, foram desenvolvendo conhecimentos e técnicas para que cada um de nós fosse capaz de nos entendermos e produzirmos saberes sobre nós mesmos (ROCHA, 2014).

Existe um destinatário dessa poesia para o qual Bruna lançou seu olhar ao escrevê-la. Ele ocupa um lugar seguro onde ela se revela, através das informações que ela lhe oferece sobre os processos de constituição de si. A poesia torna Bruna presente para esse destinatário. Por meio da própria escrita, ela traz impacto tanto para aquela que a escreve quanto para aquele que lê, relê. A autora da poesia, ao mesmo tempo em que escreve, escuta a si mesma. Sua presença não se materializa somente pelas informações que ela traz sobre seu processo identitário, sobre os espaços que ocupa, mas, sim, por uma presença imediata, quase física, quando apresenta sinais vivos do que não está presente, de marcas autênticas de sua pessoa. No momento em que ela entrega a sua poesia, se estabelece um movimento de decifração de si para a abertura que passa a dar ao outro sobre si mesma.

A poesia em si já traz as condições de emergência na sua organização. Podemos pensar que a poesia de Bruna está dividida em duas partes. Na primeira, se dedica a construir o contexto sociopolítico atual que foi o motivador da sua escrita, que se inscreve no que estamos nomeando de condições de emergência. Dessa forma, aproximamo-nos do trabalho foucaultiano com os discursos. Ao falar do seu trabalho, Foucault (2016: 69) afirma que “tem o projeto de dizer coisas”. Negando-se como escritor, ele continua “Gostaria de fazer aparecer o que está próximo demais de nosso olhar para que possamos ver, o que está aí bem perto de nós, mas que nosso olhar atravessa para ver outra coisa” (FOUCAULT, 2016: 69).

É esse convite a olhar para o que está perto de nós que a poesia de Bruna nos convoca a fazer e é com esse sentido que estamos tomando-a como provocativa para o campo da educação. Uma escrita que pode ser considerada tanto como provocativa como reativa. Provocativa, porque ela nos provoca a pensar o contexto atual de disputa em torno das questões das pessoas LGBTI+⁶, em especial de uma travesti, e de uma linguagem pajubá, que não é de hoje, mas que dialoga com um passado de construção do qual a escrita de Bruna e sua possibilidade de existência são tributárias. Ela nos provoca com sua postura de enfrentamento a política do governo Bolsonaro de silenciamento das relações de gênero e sexualidades no campo da educação. Por isso também é uma escrita reativa, em que ela afirma sua postura de não se calar e de se utilizar de espaços e momentos como esse para expressar sua resistência. Nesse sentido, a produção da poesia e sua leitura em sala de aula constituem potente momento de problematização, conduzindo a turma a se vincular ao contexto de enfrentamento a que Bruna se refere,

⁶ Referência a lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans (transexuais, travestis, transgêneros), intersexuais e demais identidades e expressões de gênero dissidentes da cis-heteronormatividade.

provocando as/os colegas a também se posicionarem criticamente diante desse contexto. Com isso, cumpre o que fora colocado como um dos objetivos do curso, que passa por uma formação ético-estético-política de luta contra aquilo que nos assujeita e que limita nossas liberdades, a partir do contato com teorias, ideias, narrativas de experiências que nos conduzem a pensar como nos tornamos o que somos, de onde se originam nossos modos de pensar e de agir e o que temos feito de nós mesmas/os a partir deles.

Na primeira parte, Bruna identifica a situação que a motivou a escrever a poesia, circunscrita no campo da educação e na relação com os ataques do governo federal, ao tentar silenciar questões que são constitutivas de quem ela é, ameaçando, portanto, sua existência. Ela começa se dirigindo a suas leitoras e seus leitores, com uma escrita que busca implicar o “outro”, sobretudo a comunidade LGBTI+, nomeada de “gata”, uma expressão muito utilizada entre amigas e amigos travestis, pessoas trans e homossexuais masculinos para se referirem às/aos suas/seus iguais.

Ainda na construção da sua poesia, ela estabelece dois lados: a “banda de lá” e as “mona cá”, respectivamente, o governo com suas instituições oficiais e a comunidade LGBTI+. Dois lados que já se enfrentavam em torno das questões de gênero e sexualidade. No entanto, como Bruna assume falar pela comunidade LGBTI+, ela reconhece seu lugar de fala para definir que esses enfrentamentos “já não tava bom” e que agora, com a introdução da linguagem pajubá no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), iria piorar. Ela aciona um passado para demonstrar que a disputa permanece e que ela prevê que ainda iria piorar, num movimento de previsão de um futuro de continuidade de luta, o que é fortalecido na sua poesia pela evidente disposição à resistência, como marca da sua identidade e do passado de luta de outras pessoas LGBTI+. Ela marca posição para o enfrentamento e recorre ao passado e à luta de outras pessoas LGBTI+ que a incitam a continuar, ou melhor, que lhe “ensinaram” lutar, ensinaram um modo de ser e de se posicionar diante dos ataques, quase como uma dívida. Diz ela: “não deitamos pro regime militar, não será pra cracucáia, que vamos baixar porque a mona bafônica nos ensinou a lutar (madame satã)”. Bruna aciona um sentido de poder que nos parece relevante, apontando para relações de forças que tensionam a vida social sem, no entanto, se resolverem por completo, algo que se aproxima da perspectiva foucaultiana que trazemos para nossa análise. Isso diz de movimentos de poder que vão se modificando e se adaptando ao processo de tensionamento.

As condições atuais de enfrentamento a um governo notoriamente contrário aos direitos e conquistas das pessoas LGBTI+ e outras minorias sociais nos conduzem a pensar que seus ataques e o recrudescimento de sua atuação contrária dizem desse processo de disputa, de manutenção de uma assimetria de poder que interessa a determinados grupos políticos, morais e religiosos, a fim de manter um *status quo* que os privilegia e possibilita a continuidade da subjugação. O mesmo movimento de tensionamento e adaptação pode ser encontrado entre as pessoas LGBTI+, ou seja, as “mona cá”, como aponta Bruna, que vão constituindo meios de enfrentamento e perturbação de uma ordem social cis-heteronormativa vigente, sendo a presença do pajubá no ENEM um exemplo disso.

A poesia, portanto, inicia recuperando uma polêmica construída no ENEM de 2018, a partir de uma questão da área de Linguagens em que se utiliza como suporte um texto sobre um tipo de linguagem comumente utilizada entre pessoas LGBTI+, conhecida como “pajubá”. Para Carlos Henrique Lima (2017), o pajubá é uma mistura léxica de yorubá, nagô e outros dialetos, podendo ser considerada

uma língua ou mesmo um tipo de gíria acionada por pessoas dissidentes sexuais e de gênero no Brasil. O que o autor defende é que não há um sujeito por trás da língua, de maneira que podemos dizer que não há um sujeito que fala o pajubá, como se o sujeito se antecipasse a essa linguagem, mas o contrário disso, ou seja, é o pajubá que constrói o sujeito pajubeyro performativamente (LIMA, 2017).

Nessa perspectiva, Bruna se constrói performativamente, ao assumir essa linguagem como marca da sua identidade travesti, de maneira que podemos dizer que o pajubá que ela assume serve não somente para se construir a si mesma, como também para construir outros sujeitos como, por exemplo, o presidente (“ele veio na tv falar”), as/os estudantes das escolas (“na formação dos erês nada podia acrescentar”), as outras e outros estudantes do curso de especialização e as leitoras e leitores da poesia que não fazem parte da comunidade LGBTI+. A poesia, dessa maneira, não é só para o outro, mas para a própria Bruna como uma forma de se constituir na escrita pajubesa, reafirmando uma identidade a partir da linguagem, do simbólico.

A escrita na primeira pessoa do singular, a escrita de si

A segunda parte da poesia é, exatamente, iniciada pela relação entre experiência, estética da existência e a escrita de si.

Nessa parte, Bruna fala na primeira pessoa do singular: “sou dundú, periférica, brasileira, filha de oxúm e oxossi”. Em outro momento, logo em seguida, se apresenta de outra forma, mantendo a primeira pessoa no singular: “sou bruna tsunami tornado quebra tudo, travesti vinda do pistão para UFJF ocupar”. E ainda permanece se afirmando a partir do lugar em que foi convocada a falar, de onde pode falar, marcando uma diferença com o espaço anterior do ENEM em que não se pode falar o pajubá: “aqui o pajubá na especialização em estudos de gêneros e sexualidades: perspectivas interdisciplinares eu vou falar, no trabalho do professor Anderson, eu vou arrasar, só falando o pajubá”. O destaque a esses elementos nos parece suficiente para ilustrar a complexidade da luta de Bruna para ser fiel a si, para se descobrir, para se expressar diante de si mesma. Como ela pôde discernir e descobrir o seu eu para viver uma vida que lhe fora autêntica e verdadeira? Esse trecho da poesia traz uma série de experiências interconectadas, que dizem de um movimento de olhar interno, em que ela aciona elementos externos, como a rua, os orixás, a classe social e o espaço de privilégio da universidade. Ela resgata sentimentos, experiências, processos, desejos, memórias, que nos fazem perceber que as interações com o mundo ao seu redor jamais poderiam lhe ser indiferentes, ao contrário, elas parecem necessárias e urgentes. Quando diz “no trabalho do professor Anderson eu vou arrasar”, ela demarca um processo de autorreconhecimento, de legitimação de si, sem receios de parecer inadequada, estranha, incompreendida ou vulnerável.

Unindo a primeira e a segunda partes da poesia, temos um trecho em que Bruna demonstra certa disposição à resistência como marca da sua identidade:

*mais resistir ao seu mandato uó, vai ser a razão do meu lutar
e se por um acaso eu tiver que guiar
com muito ódio eu vou ficar*

Resistir será a razão da sua luta, a razão da sua existência. Escrever uma poesia na primeira pessoa do singular, dizer seu nome com todos os sobrenomes e adjetivos que ela mesma construiu e estar numa especialização em relações de

gênero e sexualidades, construindo, com outras e outros estudantes, diferentes maneiras de pensar e de se relacionar consigo, com as relações de saber-poder e com os outros, já representa uma forma de resistência. No entanto, a escrita de Bruna mantém uma herança da modernidade, como nos lembra Foucault (1988), ou seja, nossa ligação com a verdade, com a necessidade de elaborar um conhecimento sobre nós mesmas/os a partir da nossa sexualidade – no caso, mais da identidade de gênero -, resultado de uma sociedade que, desde a modernidade, “faz dizer a verdade de si e dos outros num jogo em que o prazer se mistura ao involuntário” (FOUCAULT, 1988: 75). Aparentemente, podemos pensar que dizer de si está ligado a um sentido de liberdade e pode mesmo gerar um sentimento de libertação. Mas, até que ponto esse dizer de si está mais nos aprisionando do que libertando, visto que somos resultado das relações de poder que estruturam nossas formas de ser a partir do que somos capazes de saber e construir sobre nossas verdades ligadas ao gênero e à sexualidade?

Essa é uma questão que a poesia nos coloca: como saber a diferença entre o poder que mantemos e o poder a que resistimos? Na perspectiva foucaultiana, o termo resistência está diretamente ligado ao poder, ele é parte do poder. Nesse sentido, Foucault (1988) demonstra que as resistências possíveis só tomam forma nas relações de poder, de maneira que elas - as resistências - fundam as relações de poder da mesma forma em que são resultados delas. A poesia de Bruna, como resistência, funda relações de poder, ela se une às/aos demais estudantes, ela incita que elas e eles se juntem à sua luta no combate à política de silenciamento, além de dar um lugar para ela nesse jogo de força: “eu vou arrasar, só falando o pajubá para os amigos acuar porque da banda de cá o oco forte da banda de lá não vai ter força para esta bafônica especialização tombar”.

Considerando que as relações de poder estão em todos os lugares, as resistências serão sempre as possibilidades de criar novos espaços de lutas e de transformação em todas as partes. Nesse jogo de forças que são as relações de poder e resistências, cada movimento de um serve como contraofensiva do outro, ou seja, como argumenta Foucault (1988), a resistência tem que ser tão ou mais inventiva que o poder para que possa ser considerada resistência. A poesia de Bruna retrata esse jogo de ofensivas e contraofensivas entre o movimento social e de produção de conhecimento em gênero e sexualidade e o governo conservador. Podemos pensar que o silenciamento e os ataques do governo no campo da educação em torno das questões de gênero e sexualidade são uma contraofensiva ao movimento de consolidação que essa área do conhecimento adquiriu desde o fim da ditadura militar. No final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, havia uma grande necessidade de romper com o momento político de opressão que marcou a história do Brasil, o que ocasionou o surgimento de grupos LGBTI+ organizados, que foram fundamentais para a produção de conhecimento em diferentes campos, como Sociologia, Antropologia e, mais tardiamente, no campo da Educação, na medida que as pessoas LGBTI+ ingressaram na universidade e pautaram novas temáticas e formas de fazer pesquisa em que as relações de gênero e sexualidades eram centrais. Desse período até hoje, tivemos um *boom* dessas discussões no campo da Educação, com linhas de pesquisas em programas de pós-graduação, com seminários nacionais e internacionais, com grupos de estudos e pesquisa constituídos, com disciplinas nas graduações, com projetos de extensão que envolvem as escolas, com cursos de especialização, enfim, com um debate que tomou a sociedade, demonstrando a importância dessa discussão no campo da formação dos sujeitos.

A poesia pode ser pensada como uma técnica de si, uma escrita que afirma uma subjetividade a partir dos elementos que a constituem. A subjetividade em questão é forjada nas resistências, nos embates cotidianos, a partir da potência que emerge do posicionamento periférico – social, religioso, de gênero, de raça e etnia. “Vinda do pistão para UFJF ocupar”: poder dizer de si e das “gatas”, das companheiras. A universidade é acessada como espaço de potencialização das lutas cotidianas, passando a ocupar outros lugares – para além do lugar da experiência, resistir no e a partir do espaço acadêmico. O título de especialista funcionária, desse modo, como um modo de Bruna adquirir propriedade para poder falar: sair do “pistão” para a “UFJF ocupar” é posicionar-se de outro modo nas relações de saber-poder que instituem as experiências legítimas no que diz respeito aos gêneros e sexualidades. Bruna tensiona os limites entre saberes da experiência e saberes acadêmicos, escrevendo a partir da primeira pessoa. Saberes que são disputados, negociados, produzindo transformações. A presença de uma estudante travesti negra e periférica tensiona as relações de forças que instituem a legitimidade do espaço acadêmico e do conhecimento científico como isento e ‘descontaminado’ das experiências pessoais. O espaço criado pelo curso de especialização, portanto, é um espaço de confronto e negociação de saberes. Ao mesmo tempo que os saberes acadêmicos são tensionados, eles dessubjetivam, possibilitando que as experiências pessoais sejam colocadas ‘sob suspeita’, sendo também tensionadas. Para além de especialista em relações de gênero e sexualidades, Bruna pode concluir o curso como outra de si mesma, tomando o curso e a universidade como espaços de problematização: dar um passo atrás, transformar a si mesma em objeto de pensamento, colocando ‘sob suspeita’ quem é, como veio se constituindo, como as experiências vividas no “pistão” tensionam e são tensionadas pelas experiências vividas na “UFJF”. Como uma técnica de si, a escrita poética de Bruna possibilita que ela se volte para si mesma, elaborando uma narrativa pessoal que envolve lutas, resistências e anúncios de que, a partir do curso de especialização, outros lugares sociais poderão ser ocupados. Não apenas “para das gatas com propriedade falar”, mas para falar a elas: o anúncio de que esse lugar pode ser ocupado por outras travestis negras periféricas.

O curso de especialização também é anunciado na escrita poética de Bruna como espaço de resistência dentro do contexto universitário. Lá se pode falar o pajubá. Em que outros contextos acadêmicos isso é possível? Em que outros espaços na universidade é possível apresentar um trabalho em que se usa uma linguagem considerada não-científica, pouco acadêmica? Experiências se potencializam no encontro de resistências: não apenas Bruna conclui o curso podendo ocupar e falar a partir de outros lugares sociais, mas a universidade pode ser problematizada em termos de produção de conhecimento e de formação. O curso de especialização é potencializado como espaço de resistência a um contexto de valorização das formas ‘bem-comportadas’ e ‘impessoais’ de produzir conhecimento e promover a formação pessoal e profissional de sujeitos. Em um contexto político, como anunciado por Bruna, o qual pode ser acompanhado pelo debate público contemporâneo, em que os estudos de gênero e sexualidade são frontalmente atacados, em que as práticas de ensino, pesquisa e extensão formuladas a partir desses estudos enfrentam resistências tanto externas quanto internas, os saberes da experiência, as linguagens pouco acadêmicas, as performances ‘mal comportadas’, se configuram como elementos desestabilizadores e, ao mesmo tempo, como anúncios de que universidade vem sendo requisitada pelos diferentes grupos sociais.

Retomando os argumentos de Patrícia Hill Collins (2019) e pensando na escrita de Bruna não apenas como escrita para si, mas também para outras/os, podemos investir no argumento de quem constitui essa/e outra/o. Collins (2019) nos aponta para um elemento importante que constitui os ‘espaços seguros’ para as mulheres afro-americanas, que são as relações delas, umas com as outras, mais especificamente, amizades e relações familiares. Esses lugares de afirmação mútua de sua humanidade e de seu direito de existir remetem a um ‘reconhecimento compartilhado’ dessas condições e da necessidade de modificá-las. No caso da poesia de Bruna, o sentido de coletividade e reconhecimento compartilhado é atribuído à pertença à categoria LGBTI+ como lugar de encontro com quem partilha de experiências que a estudante traz em sua escrita. Sobretudo, no caso de Bruna e do curso de especialização que aqui são foco de nossas análises, podemos dizer que as relações amigáveis construídas com a turma tornaram o curso um ‘espaço seguro’ de fala e de existência. A possibilidade da fala como autoafirmação estava posta, fato que reverbera na poesia como atividade que diz da trajetória de Bruna com o curso e com a disciplina em questão. Para além de relações amigáveis, queremos retomar e ampliar o argumento de que as relações familiares se constituíram como ‘espaço seguro’ para pessoas LGBTI+.

Ao problematizar sentidos de parentesco que constituem o documentário *Paris is burning*, Judith Butler (2019) nos indica elementos para pensar que o que ela denomina de ‘comunidade’ – no caso comunidade LGBTI+ - pode colocar sob suspeita os sentidos clássicos de parentesco e de família. No caso discutido por Butler (2019), os elementos constitutivos do parentesco existiam em função de questões ligadas à pobreza, à falta de moradia, além, é claro, das dissidências sexuais e de gêneros. Nesse caso, as famílias consanguíneas seriam espaços de violência e exclusão, ao passo que as comunidades vinculam, cuidam, ensinam e abrigam, reelaborando culturalmente as noções de parentesco. Com isso, estamos argumentando que, no caso das pessoas LGBTI+, a comunidade, muito mais do que as relações familiares consanguíneas, pode se constituir em ‘espaços seguros’ de autoafirmação, de reconhecimento e de possibilidade de fala. Bruna, ao se remeter, em sua poesia, às “gatas”, às “monas de cá”, aos “amigos”, parece retomar esse sentido de comunidade problematizado por Butler, afirmando que ali, na turma do curso de especialização, há um vínculo tal que lhe possibilita poder falar e ser ouvida, poder dizer de si e afetar as/os outras/os com sua escrita, poder ensinar e aprender, encontrando um abrigo temporário para existir legitimamente. Com a possibilidade de interlocução, de poder sentir-se segura para narrar poeticamente sua trajetória, Bruna faz do curso de especialização um ‘espaço seguro’, ou seja, ele não estava posto de antemão, mas foi sendo construído exatamente nas costuras narrativas e nas relações amigáveis com a turma. A partir de um certo processo de confiança, como argumenta Collins (2019), já que, por vezes, a autoafirmação que transforma silêncio em linguagem pode ser perigosa, a depender de onde ela se produz. Portanto, o espaço para falar de si como um ‘espaço seguro’ requer que se estabeleça uma conexão com ouvintes que compartilhem das experiências narradas.

Para além da escrita de si, como operação em que o sujeito se volta para si mesmo na relação com outras/os, forjando subjetividades, chama-nos a atenção, no contexto da produção da poesia de Bruna, outro aspecto. Inspiramo-nos, ainda, em Patrícia Hill Collins (2019), para pensar as produções culturais/artísticas de pessoas LGBTI+ como lugares de expressão, de visibilidade, de autoafirmação de suas existências, de denúncias dos processos de subjugação vividos e

anúncios das resistências construídas em suas vidas. Collins (2019) diz especialmente da música e da literatura produzida por mulheres afro-americanas como instâncias importantes a partir das quais elas passaram a ter voz, tanto na capacidade de afetar os sentimentos, quanto no quesito conhecimento.

Podemos pensar que a poesia de Bruna, como produção de arte, se insere num contexto em que outras travestis negras, pessoas trans e LGBTI+, de forma geral, vêm denunciando subalternidades, dizendo de si e de suas experiências e ‘aterrorizando’ a ordem cis-heteronormativa que organiza as relações sociais e a cultura. Nomes como Mc Xuxu, Linn da Quebrada, Liniker, Mulher Pepita, Valéria Houston, na música, e Amara Moira, João W. Nery e Letícia Lanz, na literatura, são exemplos de pessoas trans que vêm ocupando lugares nas artes e subvertendo alguns cânones normativos. Embora a estudante Bruna não se enquadre como artista, a linguagem que utiliza remete a essa função social política e poética das artes, no seu variado espectro, como modo de expressar trajetórias e experiências, de negociar sentidos e afirmar outras possibilidades de existência a partir de como as produções e a linguagem artística afetam as pessoas.

Dizer o nome: “sou Bruna Tsunami tornado quebra tudo”

Bruna assume a autoria da poesia com o seu nome e sobrenome: “sou Bruna Tsunami tornado quebra tudo”. Discutindo os corpos que importam, Butler (2019) define o nome como uma abreviação, como um recorte, um tipo específico de narrativa que trabalha com e contra proibições: “o nome funciona como uma espécie de proibição, mas também como ocasião habilitante” (BUTLER, 2019: 255). Podemos dizer que o nome Bruna é uma construção que negocia com a proibição e o recorte do gênero e da sexualidade, uma vez que Bruna, tendo sido designada no nascimento com o gênero masculino, recebeu outro nome, que pretendeu definir e recortar seu gênero e sua sexualidade, ao mesmo tempo em que proibia outras expressões de gênero e de sexualidade. O nome Bruna, portanto, trabalha contra a proibição do seu nome de registro (atribuído ao nascer) e contra o gênero e a sexualidade que esse nome instituiu, da mesma forma que trabalha com essa proibição, ressignificando-a a seu favor, construindo um eu na impossibilidade total da proibição estabelecida contra seu gênero. Como analisa Butler (2019), trata-se de um ‘eu’ produzido pelo acúmulo e convergência dos atos de ser chamada/o por um nome. Tais ‘chamadas’, portanto, representam o que os outros fizeram e fazem de mim. O nome dado no seu nascimento não corresponde a um enquadramento absoluto ao que foi instituído, de maneira que as proibições que os nomes trazem na sua origem nunca são totais, vez que elas produzem deslocamentos narrativos que os sujeitos são capazes de construir de si. Esses deslocamentos nos conduzem a interrogar-nos: quais nomes nos satisfazem?

Bruna, durante muito tempo, não poderia se nomear “Bruna”. O nome que lhe fora atribuído, ao nascer, a situava em um lugar sem escolha possível. Bruna era um nome não dito e indizível. Hoje, no espaço de apresentação de si no curso de especialização, ela não somente se diz Bruna, mas reforça “sou bruna tsunami tornado quebra tudo”. O gênero construído por um nome, o gênero e o nome que constituem um sujeito que, no “seu” gênero, veio a se converter, para Bruna, em uma resistência que faz proliferar nomes no que antes era indizível. O que essa resistência em se nomear Bruna nos mostra são os limites e as possibilidades do nome e do nomear-se. Toda nomeação traz os limites da proibição. Se Bruna rompe com a proibição que seu nome de nascimento definia, ela também estabelece outras proibições que o nome Bruna vinculado ao gênero feminino traz, visto

que o nome é um contrato realizado no social. O nome fornece um gênero e, ao mesmo tempo, uma sexualidade, estabelecendo um caminho a ser percorrido (mesmo não sendo garantia e obrigação) na relação com o próprio e outros gêneros e sexualidades. Mas, como as proibições nunca são absolutas, Bruna explora essa proibição pelas “possibilidades que ela oferece de repetição e subversão” (BUTLER, 2019: 255).

Consideremos que esse nome é o significante de uma ordem simbólica, uma ordem da lei social, que legisla sujeitos viáveis instituindo a diferença sexual e a heterossexualidade compulsória. Como essas instituições poderiam funcionar contra si mesmas a fim de engendrar possibilidades de começar a questionar sua hegemonia? (BUTLER, 2019: 255-6)

Butler (2019) nos provoca a olhar para o ato de nomear como um pacto em que, minimamente, dois sujeitos concordam em reconhecer o mesmo objeto, o mesmo corpo, o mesmo gênero. Retomando Patrícia Collins (2019), consideramos que o ato de nomear, no contexto comunicacional em um ‘espaço seguro’, como pensamos o curso de especialização em relações de gênero e sexualidade, se estabelece a partir de um princípio de conexão, ou seja, a possibilidade de Bruna nomear-se no feminino, dizer de si mesma usando seu nome social, torna-se possível a partir da conexão estabelecida com a turma e docentes do curso, garantindo um espaço de reconhecimento e autoafirmação. Numa sociedade cis-heteronormativa, organizada pelo binarismo de gênero, essa é uma questão que desperta uma preocupação muito cedo. Não por acaso, há toda uma solenidade em torno do “saber” o gênero, para construí-lo e reforçá-lo no nome. Um nome que, na sua origem, busca contemplar gênero e sexualidade ao mesmo tempo, mantendo a sociedade cis-heteronormativa e servindo para o estabelecimento do pacto entre as pessoas em torno do nome, corpo, gênero e sexualidade.

Assim, o nome e o ato de nomear têm funções sociais, representando um esforço de estabilizar um conjunto de identificações que constituem tecnologias do eu, ou seja, modos pelos quais os sujeitos se tornam alvo de atenção por si mesmos, agindo sobre si mesmos, subjetivando-se continuamente pelo nome, indo além das ‘chamadas’, mas vinculando as enunciações do nome a outras operações que o sujeito realiza sobre si mesmo, incorporando técnicas de autodisciplinamento e condução de si mesmo a partir das regulações de gênero e sexualidade performativamente perenizadas.

Conforme investigou Foucault (1988), somos constituídos por uma variedade de discursos, práticas, técnicas e tecnologias que herdamos de tradições culturais descontínuas. São esses poderes e essas tecnologias que nos constroem. Segundo Nikolas Rose (2001), tecnologias humanas são “montagens híbridas de saberes, instrumentos, pessoas, sistemas de julgamento, edifícios e espaços, orientados, no nível programático, por certos pressupostos e objetivos sobre os seres humanos” (ROSE, 2001: 38). Tais tecnologias podem ser pensadas como instrumentos de uma norma de gênero que opera no âmbito das práticas sociais, as quais podem ter efeitos implícitos, discerníveis apenas pelos efeitos que produzem. Tais tecnologias vão compondo, como argumenta Butler (2012), a grelha de inteligibilidade de gênero que define o que será ou não reconhecido como domínio do social. Do chamamento por um nome à incorporação desse nome como forma de constituir um ‘eu’, ou seja, como princípio diferenciador, a norma de gênero vai operando para garantir coerência e reforçar uma inteligibilidade binária. Porém, a partir da norma e das noções de masculino e feminino que ela produz e naturaliza, é possível fabricar brechas, criar modos de fuga, os quais, embora continuem

atrelados à norma, podem operar na desconstrução e desnaturalização do binário (BUTLER, 2012).

O nome que nos é imputado, assim como o nome a que nos sentimos pertencentes, reforça a ideia do sujeito concebido por Foucault (1988) como aquele que não tem uma substância ou uma forma, mas algo que está em constante processo de construção, detentor de um contorno flutuante, sempre com possibilidades de desconstrução e remodelação a partir das forças que entram em jogo nessa construção corpo-nome-sujeito. Sendo resultado desse jogo de forças e relações de poder, negar o nome que foi dado e assumir publicamente o nome que condiz com o corpo, gênero ou sexualidade de pertencimento é uma postura que dá um lugar ao sujeito que se nomeia. Dizer-se Bruna confere durabilidade, legitimidade e reconhecimento social ao sujeito Bruna, ao corpo feminino que é nomeado Bruna. “Uma identidade duradoura e viável é, assim, adquirida por meio da sujeição ao patronímio e por meio da subjetivação que ele exerce sobre a pessoa” (BUTLER, 2019: 257). A travestilidade e a conquista do nome social demonstram que, sendo o nome um pacto social, ele é sempre negociado e, portanto, há sempre a possibilidade de troca. Isso significa pensar que o nome nem sempre é permanente e que a identidade atribuída por ele vai depender dos termos e das negociações do pacto social de que estamos participando.

Considerações finais

Ao longo do artigo, fomos construindo sentidos a partir da poesia de Bruna e para além dela, considerando que a poesia não foi somente a resposta a uma proposta avaliativa de uma disciplina do curso de especialização, mas foi um trabalho de escrita de si, de se voltar para si e ser capaz de produzir conhecimento, tomando como base suas experiências e a constituição do sujeito. Nesse sentido, estamos considerando também que esse não foi um resultado isolado de uma disciplina, mas de todo o curso, ressaltando a importância de um curso de especialização em gênero e sexualidade numa universidade pública e laica num momento político importante. Um espaço que vem sendo potencializado e problematizado pela presença de pessoas travestis e transexuais, entendendo-o como um espaço seguro para o processo de dessubjetivação/subjetivação, enfim, onde ocorrem práticas pedagógicas que investem em algo mais do que ensinar e aprender um corpo de conhecimentos, mas de problematizá-los, colocando-os sob suspeita e para tensionar o que pensamos, por que pensamos o que pensamos e, assim, colocar em circulação uma elaboração e reelaboração de si consigo mesmo.

Foi uma poesia escrita numa primeira pessoa do singular que nos despertou para essa produção. O nome Bruna, além de ser um pacto em torno de um corpo e gênero feminino, é também um pacto em torno de uma raça. Em um primeiro momento em que se apresenta na poesia, não é o nome Bruna que aparece, mas outra forma de se identificar, como negra pelo termo “dundú”: “sou dundú, periférica, brasileira, filha de oxúm e oxossi”. O nome carrega um gênero, mas o corpo, para além do corpo, também carrega uma raça. Bruna não se nomeia apenas como travesti, mas, sobretudo, como travesti negra. Bruna não fala somente de um lugar, mas assume a interseccionalidade na sua vida e luta, demonstrando que as questões de gênero, raça, classe não são separadas. Não se trata somente de uma travesti negra, mas de uma travesti negra, periférica, umbandista, brasileira, aluna de um curso de especialização de uma universidade pública, ou seja, um corpo que normalmente não circula nas nossas universidades, um corpo cuja

existência é uma resistência, que une as questões da vida com as questões acadêmicas.

Nesse sentido, a produção de Bruna se transforma numa produção de um artigo que busca questionar as práticas educativas que vamos construindo, colocando em vigor e modificando nossas experiências numa aproximação com o que Foucault (2016) vai chamar de “ontologia histórica de nós mesmos”, ou seja, um olhar para as práticas e mecanismos de transformação dos indivíduos em sujeitos. Foi esse o investimento deste artigo, mostrar como os indivíduos - Bruna e das/os demais estudantes - se fabricaram e continuam a se fabricar no interior de certos aparatos de subjetivação, tais como as escolas e as universidades. Com isso, podemos dizer que este artigo amplia o sentido de educação para além do que acontece nos bancos das escolas e das universidades, para dar lugar ao que acontece como práticas produtoras de sujeitos.

Recebido em 9 de março de 2022.

Aprovado em 30 de julho de 2022.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de. *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Tese de Doutorado, Educação, UFC, 2012.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: n-1 edições, 2019.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, 42: 249-274, 2014.

COLLINS, Patrícia Hill. “Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. pp. 271-312

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2004.

FOUCAULT, Michel. *O belo perigo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LIMA, Carlos Henrique Lucas. *Linguagens pajubeyras: re(ex)istência cultural e subversão da heteronormatividade*. Salvador: Devires, 2017.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: rev. e amp, 2012.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. *O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. Tese de Doutorado, Educação, UFPR, 2017.

POL-DROIT, Roger. *Michel Foucault - entrevistas*. São Paulo: Graal, 2006.

REIDEL, Marina. *A pedagogia do salto alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira*. Dissertação de Mestrado, Educação, UFRGS, 2014.

ROCHA, Jorge Alberto da Costa. *Michel Foucault: crítico-esteta-cínico mitigado*. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

ROSE, Nikolas. Como se deve fazer a história do eu? *Educação & Realidade*, 26 (1): 33-57, 2001.

VEIGA-NETO, Alfredo. “Espaços, tempos e disciplinas: as crianças ainda devem ir à escola?” In: ALVES-MAZZOTTI, Alda et al. *Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender*. Rio de Janeiro: DPA, 2000. pp. 9-20.